

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXECUTIVA

RESUMO DO PROJETO

NOME DO PROJETO

RELATÓRIO ELABORADO POR

Programa de Bolsa Acadêmica de
Inclusão Social – Bsocial

Equipe do Projeto “**Avaliando as Políticas Públicas de
Enfrentamento da Pobreza no Estado do Ceará**”

(MAPP151)

Versão elaborada em: 27 de maio de 2019.

SOBRE A AVALIAÇÃO EXECUTIVA

A avaliação executiva é um tipo de avaliação *ex post*, ou seja, de intervenções já em andamento. Ela deve ser desenhada de forma a prover um retrato dos programas ou projetos avaliados, aplicando uma abordagem sintética e que demanda pouco tempo e dispêndio de recursos. Ela permite a obtenção de um diagnóstico da capacidade institucional, organizacional e de gestão dos projetos para elaboração e melhoria destes; além de ter orientação pela lógica de monitoramento e avaliação com base em resultados, já adotada no Governo do Estado do Ceará.

De acordo com uma nota técnica publicada pelo Banco Mundial¹, basicamente existem dois modelos principais adotados nas Avaliações Executivas. No chamado Modelo 1, as avaliações são baseadas em um questionário predefinido com um número exato de perguntas, dividida em áreas de atuação e respondidas pelos avaliadores. A avaliação é acompanhada de orientações e critérios detalhados sobre como cada questão deve ser respondida. No Modelo 2, as avaliações, apesar de ter um quadro geral, com áreas predeterminadas de desempenho, são mais flexíveis, no sentido de que os avaliadores possuem autonomia para decidir como avaliar cada área.

¹ Results of the expert roundtables on innovative performance measurement tools. World Bank. Technical Notes, 2: Executive Evaluations. Washington, DC; 2009. Disponível em:

<http://siteresources.worldbank.org/INTLACREGTOPPOVANA/Resources/840442-1235414009766/TechnicalNoteExecutiveEvaluations.pdf>

A presente avaliação adota elementos presentes em ambos os modelos, mas segue principalmente o Modelo 1, orientando a análise por um conjunto de questões, organizadas em 5 eixos, a saber:

- Eixo I – Propósito e Concepção
- Eixo II – Planejamento
- Eixo III – Execução e Gerenciamento
- Eixo IV – Resultados
- Eixo V – Percepção dos beneficiários

O objetivo é apresentar um panorama geral acerca de determinada ação, identificando fragilidades relacionadas, especialmente, ao seu desenho, à sua gestão e implementação. Ao final do processo, a avaliação deve ser capaz de oferecer subsídios para que possam ser propostas, se necessário, recomendações com oportunidades efetivas de aprimoramento e correção de rumos. Também podem ser propostas avaliações adicionais mais aprofundadas.

VISÃO GERAL DO PROJETO

Secretaria/Vinculada	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE/ Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP
Programa (PPA)	Programa 071 – Gestão e Desenvolvimento da Educação Superior
Mapp (Nº e Denominação)	MAPP 151 – Projeto Bolsas de Estudos e Permanência Universitária - PBEPU
Categoria	Projeto Estruturante – Educação

Caracterização da Política

O Programa de Bolsa Acadêmica de Inclusão Social (BSocial) foi estabelecido em 2017, a partir do Projeto Bolsas de Estudos e Permanência Universitária (PBEPU), na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), e do Programa Bolsa Universidade (PBU) da Universidade Estadual Vale do Acaraú.

Com base no projeto o objetivo principal do BSocial é

possibilitar permanência universitária qualificada a estudantes pertencentes a famílias pobres, cuja renda seja inferior a meio salário mínimo por membro do núcleo familiar, propiciando-lhes condições mínimas de aprendizado, integralização acadêmica e resiliência na Universidade.

O Programa está inserido no Planejamento Plurianual do Governo do Estado do Ceará (PPA 2016-2019), inscrito no Eixo Governamental 5 “Ceará do Conhecimento”, na área temática Educação Superior, vinculando-se ao Resultado Estratégico Setorial “Educação Superior consolidada e articulada com as necessidades sociais”.

Conforme exposto acima, o BSocial visa contribuir para o indicador “Taxa de sucesso da graduação”.

Filiado ao programa de “Gestão e Desenvolvimento da Educação Superior” (071), cujo objetivo é “Elevar o nível de escolarização da população cearense estruturando o sistema estadual de educação superior, em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação, desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionados às demandas sociais” (objetivo 001); o BSocial tem como meta reduzir em 5% ao ano a evasão nos cursos de graduação das Universidades adotando a iniciativa de “Ampliação da assistência estudantil, em especial aos alunos em vulnerabilidade social” (iniciativa 071.1.10).

Critérios de focalização e priorização de atendimento, taxa de cobertura de atendimento:

A seleção de alunos a serem beneficiados pelo programa ocorre por meio de processo seletivo, realizado individualmente por cada universidade, através de edital/chamada pública. O critério fundamental de seleção dos estudantes beneficiários corresponde a condição socioeconômico da família, cujo indicador principal é possuir renda inferior a meio salário mínimo por membro do núcleo familiar. No entanto, as universidades podem estabelecer critérios complementares, a depender da qualificação exigida pelo programa ao qual o estudante deseja participar. Todos os

editais devem dispor sobre: o prazo e a forma de inscrição; a documentação obrigatória, incluindo a comprovação do estado de pobreza em conformidade com a Lei nº 14.859, 28 de dezembro de 2010; a forma que será realizada a análise documental que avalia a situação socioeconômica do estudante; os programas disponíveis, com respectivos números de vagas, e descrição das atividades esperadas.

Desenho do Programa

Antes de estabelecer uma análise direta dos resultados, é válida a compreensão do desenho do programa. Nesse sentido, é interessante a tentativa de construção ou reprodução do modelo lógico do programa, como forma de compreender o desenho do funcionamento do mesmo.

Os elementos básicos do modelo lógico são: recursos, atividade, produtos, resultados (intermediários) e impactos (resultados finais), assim como as hipóteses que suportam essas relações e as influências das variáveis relevantes de contexto. Os pressupostos sobre recursos e ações e como esses levam aos resultados esperados são frequentemente referidos como a teoria do programa.

Em um primeiro passo, tem-se a identificação do problema enfrentado pela ação. Considerando informações apresentadas no projeto e relatadas pelos gestores é possível estabelecer as seguintes relações:

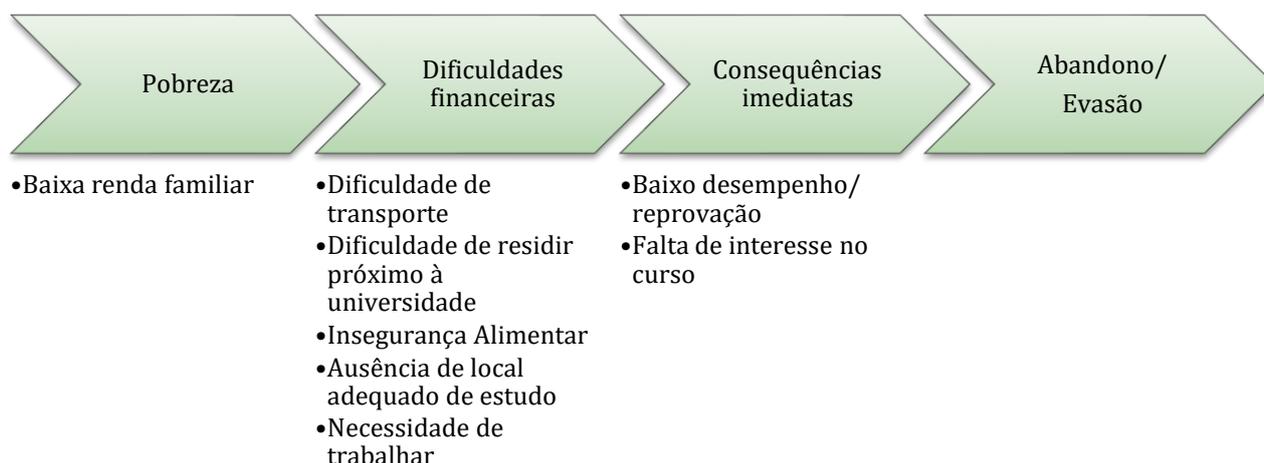


Figura 1. Mapeamento de relações do problema enfrentado pelo BSocial.

Considerando boas práticas de monitoramento de programas, cada elo do encadeamento lógico deve apresentar indicadores de monitoramento e seus meios de verificação. Também devem ser considerados pressupostos de risco para o não cumprimento.

O programa apresenta em seu projeto uma Matriz de Marco Lógico na qual é possível derivar um encadeamento lógico do programa. Contudo, existem alguns pontos que podem ser aprimorados.

- Destaca-se que o número de bolsistas cadastrados e o número de bolsistas substituídos devem ser considerados como um Produto do projeto e não resultado, como consta na matriz.

- Deve ser dado destaque para os indicadores de resultado e impacto, objetivos finais do programa. No presente caso a taxa de evasão e a taxa de sucesso.

- Podem ser incorporados indicadores de resultados intermediários como redução da reprovação.

Como forma de iniciar a compreensão do BSocial pela equipe de avaliação, foi realizado um exercício de modelagem lógica do programa. O resultado desse exercício é sintetizado na Figura 2 a seguir.

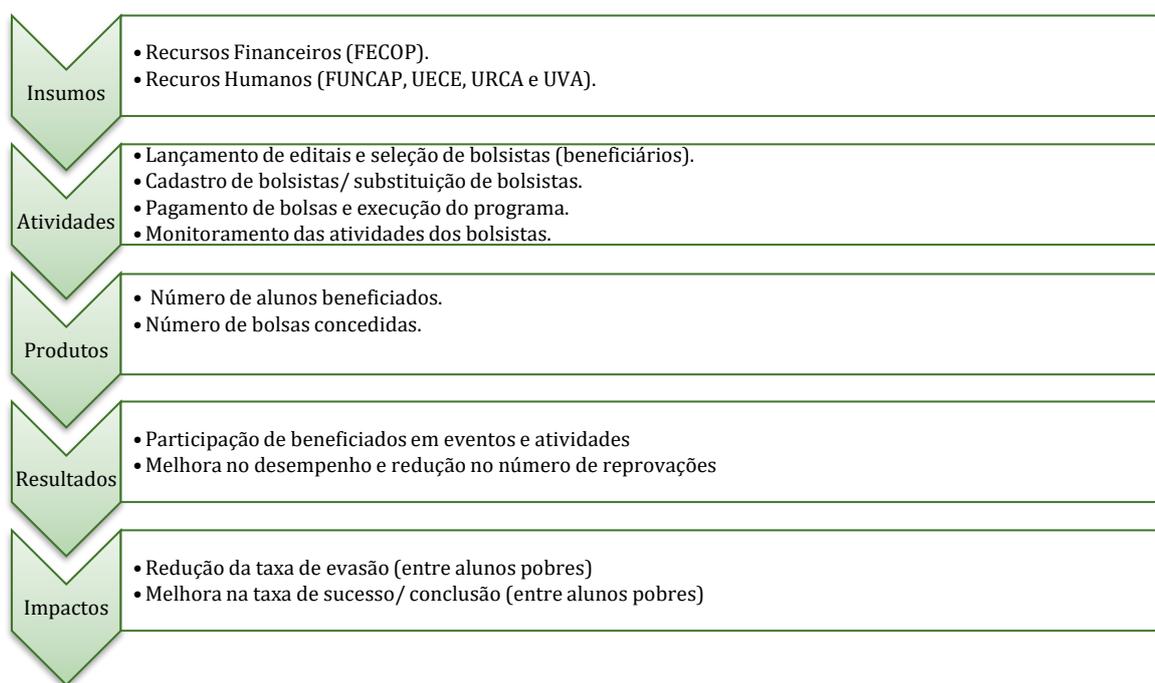


Figura 2. Encadeamento lógico preliminar do BSocial.

AVALIAÇÃO

EIXO I - PROPÓSITO E CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

1.1. DIAGNÓSTICO E IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA QUE JUSTIFICA A SUA INTERVENÇÃO.

O projeto teve como base algum estudo diagnóstico que permitiu identificar a situação problema/oportunidade de melhoria que justifica a sua intervenção?

Avaliação: NÃO

O diagnóstico consiste na identificação mais detalhada do problema a ser combatido ou necessidade atendida pela intervenção. Com base nas informações levantadas, deve-se avaliar o problema com o objetivo de compreender suas causas e consequências, constituindo um subsídio essencial para o desenho das ações.

Uma vez diagnosticada uma condição social e econômica a partir da identificação de um problema, parte-se para a etapa de formatação ou prescrição de políticas capazes de atuar sobre a fonte ou a causa desse problema, solucionando-o ou, pelo menos, amenizando-o.

A identificação da fonte ou causa do problema cria a possibilidade de diferentes alternativas de solução e, portanto, de diversas propostas de ações públicas, com custos e benefícios específicos. Nesse sentido, a formulação da política deve levar em conta as ferramentas alternativas possíveis, que sejam mais apropriadas no ataque à fonte do problema, compatíveis com as condições e o contexto específico do setor público, e que obtenham maior resultado ou benefício à sociedade ao menor custo possível. Trata-se de desenhar políticas que sejam efetivas e eficientes, mas que, também, tenham legitimidade social.

No âmbito da avaliação executiva, o objetivo é verificar se o diagnóstico inicial foi realizado de forma satisfatória, se de fato havia um problema social que justificasse a existência de uma intervenção pública e se as potenciais causas para esse problema, adotadas por suposições ou identificadas no diagnóstico, são plausíveis e consistentes com o modelo lógico adotado.

Neste primeiro ponto foi considerada a existência de levantamento com dados e/ou informações que caracterizem a situação-problema. Também se teve a observar se o projeto faz a correta identificação das causas, da magnitude e das consequências relacionadas à situação-problema.

O projeto encaminhado apresenta um diagnóstico utilizando dados das seguintes fontes:

- Censo da Educação Superior do INEP (2015);
- “Censo Discente da UECE 2013” realizado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Procuradoria Educacional Institucional.

Os dados referentes ao Censo Discente da UECE são mais próximos da realidade do programa, no entanto algumas ressalvas devem ser consideradas. O diagnóstico realizado não apresenta informações a respeito da situação de alunos em condição de pobreza, seja no que se refere à taxa de evasão ou ao desempenho destes alunos ou à taxa de sucesso/conclusão na graduação. Sem a consideração deste indicador, não foi possível estabelecer uma linha de base para o programa com o monitoramento destes indicadores e a avaliação de eficácia da ação.

Algumas informações socioeconômicas são apresentadas com o intuito de caracterizar a condição socioeconômica dos discentes. Uma das informações considera valores de renda diferentes da linha de pobreza adota pelo FECOP, correspondente a ½ salário mínimo vigente.

Sob a observação desses aspectos, a presente análise considera o diagnóstico apresentado pouco específico, com informações insuficientes para balizar as ações do programa.

Sugestões

A presente avaliação sugere o levantamento de informações socioeconômicas dos alunos e a realização de análises estatística destes dados, permitindo relacionar desempenho e evasão com tais informações.

Tais dados podem ser coletados por meio de questionários socioeconômicos preenchidos no momento da matrícula. Também é possível a coleta de dados semestrais através de questionários eletrônicos, encaminhados por meio do sistema da universidade.

Informações sobre a evasão e desempenho dos alunos pode ser levantada pelas próprias coordenações de cursos e encaminhadas para a Pró-Reitoria. Tais informações são de fundamental importância para o monitoramento do programa.

Uma proposta interessante seria a de um projeto de pesquisa que permitisse a realização de um estudo de diagnóstico, a ser desenvolvido por docentes e discentes das próprias instituições beneficiadas – UECE, URCA, UVA.

Tal projeto seria uma iniciativa multidisciplinar, que envolveria os cursos de Pedagogia, Ciências Sociais, Administração, Ciências Econômicas (URCA), engajados nessa tarefa.

1.2. CLAREZA E ADERÊNCIA DO OBJETIVO DO PROGRAMA À SITUAÇÃO-PROBLEMA.

O objetivo do projeto é claro e aderente à situação-problema ou oportunidade de melhoria identificada?

Avaliação: SIM

Neste tópico o foco está em questões sobre a clareza na definição dos objetivos do programa, se este apresenta claramente uma oportunidade de resposta ou enfrentamento ao problema identificado. Foi verificado se o objetivo do projeto é claro, conciso, direto e não apresenta multiplicidades ou conflitos entre ideias.

Os objetivos do BSocial são claros e concisos, isso pode ser verificado nos Termos de Referência do programa (anos de 2017 e 2018). As ações e atividades são consideradas adequadas para o enfrentamento do problema identificado. Mesmo não havendo um diagnóstico completo, qualificando melhor o problema a ser enfrentado, se avalia que não existem ações e atividades conflitantes ou incoerentes com relação aos objetivos do programa.

Sugestões

Os objetivos são bem definidos e as ações do programa são coerentes. Na matriz de Marco Lógico se identificou a atribuição equivocada entre produtos e resultados, mas sem prejudicar a avaliação desta questão.

1.3. O ESCOPO DO PROGRAMA

O escopo do projeto está bem delimitado, de maneira a permitir o alcance dos resultados pretendidos?

Avaliação: SIM

Nesse item é verificado se o escopo do projeto guarda correspondência com a situação-problema, se o mesmo explicita a lógica para o alcance dos resultados pretendidos, se este delimita claramente as fronteiras de atuação do projeto e se está atualizado.

O escopo do projeto é atualizado, uma vez que o projeto e Termos de Referência devem ser apresentados anualmente para a renovação do Programa.

Uma vez que o projeto define a insuficiência de renda como o principal determinante da evasão de estudantes universitários, e busca atuar sobre esse problema; a ação definida pela oferta de bolsas de estudo é uma forma coerente para enfrentar o problema.

Apesar de não comprometer a avaliação positiva desta questão, o grupo de avaliação verificou que o valor das bolsas pagas são diferentes quando comparadas com outras modalidades de bolsas praticadas (R\$450,00 frente ao valor de R\$400,00 praticado em outras modalidades). Essa diferenciação não é clara na concepção do projeto e possui potencial para gerar distorções nos incentivos dos alunos ao escolherem modalidades de bolsas a serem pleiteadas.

Sugestões

Como posto acima, a oferta de bolsas é uma forma coerente de enfrentar o problema de insuficiência de renda. Definições dos valores e da distribuição das bolsas, bem como critérios para tais definições, poderiam ser mais detalhados no projeto.

1.4. ALINHAMENTO COM ESTRATÉGIAS DE GOVERNO DE MÉDIO E LONGO PRAZO.

O projeto está alinhado com a estratégia de governo de médio e longo prazo?

Avaliação: SIM

Nesta questão foi considerada a existência de relação entre os objetivos e resultados esperados do projeto e os objetivos estratégicos ou iniciativas prioritárias da área em que o projeto está vinculado. Foi possível verificar que o projeto está alinhado com estratégias de governo mais amplas, de médio e longo prazo. De acordo com o próprio Termo de Referência do programa:

O Projeto se insere no Planejamento Plurianual do Governo do Estado do Ceará (PPA 2016-2019), inscreve-se no Eixo Governamental 5 “Ceará do Conhecimento”, na área temática Educação Superior, vinculando-se ao Resultado Estratégico Setorial “Educação Superior consolidada e articulada com as necessidades sociais” e contribuirá para o indicador “Taxa de sucesso da graduação”.

O BSocial está alinhado com a seguinte estrutura programática:

- Programa 071 – Gestão e Desenvolvimento da Educação Superior

- Objetivo 071.1 - Elevar o nível de escolarização da população cearense estruturando o sistema estadual de educação superior, em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação, desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionados às demandas sociais
- Iniciativa – Ampliação da assistência estudantil, em especial aos alunos em vulnerabilidade social

De forma mais ampla, o Termo de Referência também relaciona o alinhamento da política estadual, em que o BSocial está inserido, com o Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei 13.005/2014 com metas para educação do Brasil até 2024. As ações do programa visam contribuir com o alcance da Meta 12, em específico a partir das estratégias 12.3 e 12.5². Sobre o PNE, mais informações podem ser consultadas no site: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>

Sugestões

Nada a sugerir.

1.5. IDENTIFICAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO DO PROGRAMA.

É possível a clara identificação do público-alvo do projeto?

Avaliação: SIM

O público-alvo do programa é identificado de forma clara. Segundo o próprio documento do Projeto:

Estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação nas universidades estaduais do Ceará, a partir do primeiro semestre, que pertençam a famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo, conforme disposições da Constituição Estadual acerca do conceito de pobreza, na forma de sua comprovação (Art. 3º da Lei N° 14.859 de 28/12/2010 – DOE de 06/01/2011).

² Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Estratégia 12.3. elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor (a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior;

Estratégia 12.5. ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

Uma questão que deve ser avaliada é se o público-alvo se relaciona diretamente às causas identificadas que geraram a iniciativa do projeto. Uma vez identificada a condição de insuficiência de renda como determinante para a evasão e baixo desempenho de estudantes pobres, pode-se afirmar que o público-alvo está bem definido e adequado à iniciativa do projeto.

Sugestões

Deve-se destacar que, as universidades possuem a liberdade de definir critérios complementares, dependendo da qualificação exigida pelo programa ao qual o estudante se candidata a participar.

O fato de cada universidade ter autonomia para definição de critérios complementares pode estabelecer certo grau de discricionariedade. Uma sugestão da presente avaliação é que as universidades tornem os critérios mais uniformes entre si, e que estes critérios constem no projeto encaminhado. Isso pode representar maior transparência nos processos de seleção, uma vez que o critério fundamental está definido (critério de pobreza).

1.6. DUPLICIDADE EM RELAÇÃO A OUTRAS INICIATIVAS (FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL OU PRIVADA).

A iniciativa do projeto é única em relação ao problema abordado? Ou seja, não existe duplicidade em relação a outras iniciativas (federal, estadual, municipal ou privada) em curso no estado?

Avaliação: NÃO

Nesta questão é considerado se o projeto possui público-alvo e aborda situação-problema de forma distinta de outros esforços estadual, federal, municipal e/ou privado.

O grupo avaliado constatou a existência das seguintes iniciativas de mesma natureza:

- Bolsa de Iniciação Acadêmica - BIA (UFC - <http://www.prae.ufc.br/bolsa-de-iniciacao-academica/>)
- AVANCE (SEDUC/CE - <http://avance.seduc.ce.gov.br/>)
- Programa Bolsa de Permanência (Federal, desde 2013, <http://permanencia.mec.gov.br/>)
- Bolsa universidade de Sobral (UFC, UVA e particulares).

Sugestões

Existindo a duplicidade, o grupo de avaliação apenas sugere para que não exista acúmulo de bolsa por parte dos beneficiários.

QUADRO-RESUMO DO EIXO 1 - PROPÓSITO E CONCEPÇÃO

QUESTÃO	AValiação
1.1. O projeto teve como base algum estudo diagnóstico que permitiu identificar a situação problema/oportunidade de melhoria que justifica a sua intervenção?	NÃO
1.2. O objetivo do projeto é claro e aderente à situação-problema ou oportunidade de melhoria identificada?	SIM
1.3. O escopo do projeto está bem delimitado, de maneira a permitir o alcance dos resultados pretendidos?	SIM
1.4. O projeto está alinhado com a estratégia de governo de médio e longo prazo?	SIM
1.5. É possível a clara identificação do público-alvo do projeto?	SIM
1.6. A iniciativa do projeto é única em relação ao problema abordado? Ou seja, não existe duplicidade em relação a outras iniciativas (federal, estadual, municipal ou privada) em curso no estado?	NÃO

Evidências consultadas:

- Termos de referência (2017 e 2018)
- Projetos apresentados (2017 e 2018)

EIXO II - PLANEJAMENTO

2.1. DESDOBRAMENTO DO ESCOPO DO PROGRAMA EM AÇÕES E PRODUTOS.

O escopo do projeto está desdobrado em ações e produtos suficientemente detalhados para permitir o alcance de seus objetivos?

Avaliação: SIM.

O escopo do BSocial é abordado no projeto e no Termo de Referência. Uma forma sistematizada de analisar o desdobramento do escopo do BSocial é por meio da Matriz de Marco Lógico. A partir da matriz apresentada no projeto é possível derivar o encadeamento lógico do projeto insumos/ atividades/ produtos/ resultados/ impactos; constando indicadores, meios de verificação e riscos.

Foi averiguado que alguns itens e seus respectivos indicadores foram classificados como resultados, mas que poderiam ser enquadrados de forma adequada como produtos. A classificação atual não interfere na execução de atividades e possuem potencial de alcançar os resultados pretendidos.

Uma forma de avaliar este quesito é verificar se é possível compreender e elaborar um diagrama do projeto a partir das ações apresentadas. A partir do Projeto verifica-se o escopo está desdobrado em ações (Cadastramento e pagamento dos bolsistas, e Relatório de acompanhamento dos bolsistas) e produtos (número de bolsistas cadastrados) que permitam o alcance do seu objetivo. O diagrama é apresentado abaixo.

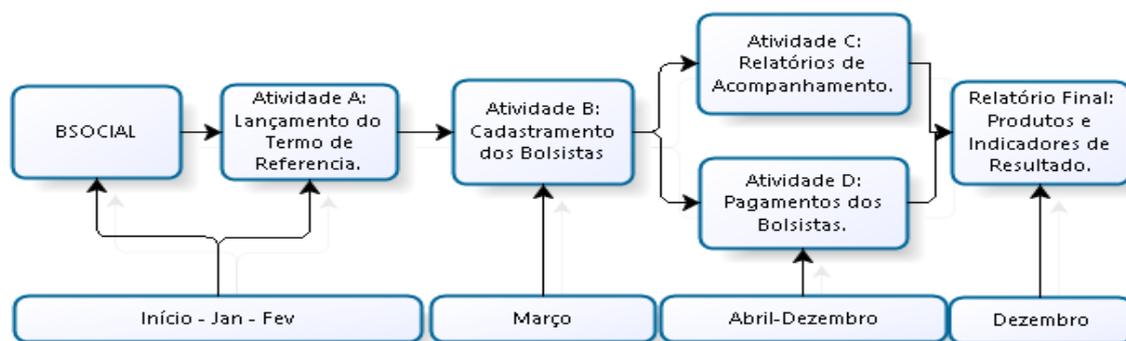


Figura 3. Diagrama das ações e etapas do programa.

Sugestões

Os indicadores de resultados podem ser classificados como indicadores de produtos do BSocial. Esta classificação não interfere na execução atual, mas pode gerar confusões em avaliações de indicadores do programa. Considera-se adequada uma revisão da Matriz de Marco Lógico do BSocial.

Deve-se ter em mente que, se o objetivo é minimizar a evasão de alunos em condições de vulnerabilidade social, então deve-se acompanhar estes alunos até o final do curso e não apenas durante a vigência da bolsa.

2.2. INDICADOR(ES) ORIENTADO(S) A RESULTADOS.

O projeto possui indicador (es) orientado (s) a resultados?

Avaliação: SIM.

Um ponto importante a ser considerado é se o objetivo do projeto é traduzido em, pelo menos, um indicador de resultado compreensível, mensurável e aderente.

Como avaliado no item 1.2, o programa BSocial possui objetivos claros e bem definidos: reduzir a evasão e elevar o percentual de conclusão entre estudantes em situação de pobreza. Nesse sentido, os indicadores de impacto definidos pela taxa de evasão e pela taxa de sucesso/conclusão traduzem bem

tais objetivos e são totalmente aderentes. Tais indicadores são plenamente passíveis de mensuração e são de fácil interpretação.

Com base na análise dos elementos presentes no projeto e no Termo de Referência, avalia-se que a estratégia do programa é orientada para resultados. Apesar de pequenas inconsistências na definição dos indicadores no encadeamento lógico (ver item sobre o desenho do projeto e item 2.1), os indicadores foram especificados, bem como seus meios de verificação. A construção da Matriz de Marco Lógico, como forma de sistematizar o encadeamento lógico do programa, representa um importante passo na organização deste e na adoção de uma orientação de Gestão por Resultados, como já é adotada pelo Governo do Estado do Ceará desde 2003.

Outro ponto importante a ser considerado é que o programa orienta a definição de seus resultados e impacto pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

Sugestões

Apesar dos indicadores de resultados representarem melhor os produtos do BSocial, verifica-se que todo o desenho do programa está orientado para a obtenção dos resultados (Diminuição da evasão dos bolsistas em situação de vulnerabilidade social e melhora do desempenho acadêmico) e impacto (Aumento da Taxa de Sucesso da Graduação).

2.3. LINHAS DE BASE PARA AS AÇÕES DO PROGRAMA E IDENTIFICAÇÃO DO CICLO DE VIDA.

As principais ações do projeto possuem linhas de base que permitem identificar o seu ciclo de vida?

Avaliação: NÃO.

O objetivo deste tópico é avaliar se o programa adota metas de referência distribuídas anualmente, e se é possível identificar o ciclo de vida (ponto de chegada) das principais ações do programa. Também se verifica se as metas de referência permitem acompanhar e comparar o desempenho das ações do projeto.

A avaliação destes pontos permite a identificação de uma das grandes deficiências do programa. Apesar da boa definição de indicadores, de meios de verificação, o projeto não apresenta nenhuma linha de base, com a situação inicial dos indicadores de resultado e impacto. Como avaliado anteriormente (item 1.1), o diagnóstico apresentado é muito geral, não especifica a taxa de evasão e desempenho dos alunos ou taxa de sucesso/conclusão na graduação. Sem a construção do diagnóstico que apresente os dados iniciais, não é possível a adoção de uma linha de base.

O projeto estabelece metas anuais para os produtos definidos pelos indicadores de número de bolsistas cadastrados e substituídos. Mas não estipula metas de resultados tendo uma linha de base como referência. Também não se identificou o cálculo dos indicadores e avaliação temporal dos indicadores, que permitiriam visualizar o desempenho do programa ao longo do tempo.

Sugestões

Nesse ponto se reforça a sugestão da realização de um diagnóstico mais detalhado. Apenas com este diagnóstico será possível a formatação de uma linha de base com metas de desempenho. Faz-se a sugestão também do cálculo de indicadores de resultado e impacto anualmente. Assim será possível estabelecer uma comparação do desempenho do programa ao longo do tempo, identificar deficiências na obtenção de resultados e aprimorar o programa por meio de ações corretivas.

2.4. O CRONOGRAMA DO PROJETO E O SEU MONITORAMENTO.

O cronograma do projeto é detalhado de maneira que a descrição de suas ações, marcos e prazos permitam o seu adequado monitoramento e o alcance dos objetivos?

Avaliação: NÃO.

Nos projetos apresentados (2017 e 2018), identifica-se de forma explícita o cronograma de desembolsos. Conforme apresentado nos relatórios de prestação de contas ao CCPIS, existe um monitoramento periódico de desembolsos, contando inclusive com a relação de beneficiários.

Por meio da Matriz de Marco Lógico apresentada no projeto, também se verifica uma boa descrição de ações/ atividades e produtos. Seria possível, a partir destas informações, identificar um cronograma para produtos, bem estabelecido e com objetivos anuais. Na matriz também está prevista a preparação de relatórios periódicos para atividade e monitoramento de produto, mensais e semestrais.

De acordo com a Matriz de Marco Lógico do projeto, a atividade de monitoramento das atividades/processos está prevista por meio de:

- Cálculo Anual dos dois indicadores e análise temporal dos dados
- Monitoramento mensal do número de bolsistas e suas substituições na Plataforma Montenegro
- Acompanhamento semestral do desempenho dos bolsistas em suas atividades acadêmicas pelos Relatórios Qualitativos do Desenvolvimento do Programa enviados pelas universidades

- Monitoramento mensal pela lista de pagamento dos bolsistas
- Acompanhamento mensal da liberação do limite financeiro

Como apontado na matriz de Marco Lógico apresentada, é possível verificar a previsão de monitoramento do programa. No entanto, observou-se que o monitoramento previsto não é efetivamente realizado. Vale destacar que os relatórios foram fornecidos após a fixação de um prazo, indicando que estes não estavam prontamente disponíveis e que a produção destes não é realizada de forma rotineira.

Aproveitando-se da estrutura da matriz, seguem observações pertinentes às atividades de monitoramento do programa:

- Insumos são monitorados mensalmente pela folha de pagamento dos bolsistas;
- As atividades do programa são monitoradas pela verificação mensal do número de bolsistas e pelo acompanhamento semestral do desempenho dos bolsistas. Este acompanhamento de desempenho prevê como meio de verificação a apresentação de Relatórios Qualitativos do Desenvolvimento do Programa, a serem enviados pelas universidades.

Tais relatórios foram solicitados pela equipe de avaliação, mas sem um retorno satisfatório, indicando que esse monitoramento não é efetivamente realizado.

- Se o desempenho acadêmico dos bolsistas constitui um resultado do programa.

- O monitoramento do produto, que constitui o pagamento de bolsas, é previsto para ser realizado mensalmente pela folha de pagamento dos bolsistas.
- Os resultados são monitorados pelos mesmos meios descritos no monitoramento de atividades: verificação mensal do número de bolsistas e pelo acompanhamento semestral do desempenho dos bolsistas. No entanto, no monitoramento de resultados se apresenta um dos principais indicadores a serem calculados, que se refere à evasão. No entanto, não foi identificado o monitoramento efetivo deste indicador nos relatórios apresentados.
- O impacto do programa é mensurado pela taxa de sucesso na graduação. No entanto, não foi identificado o monitoramento efetivo deste indicador nos relatórios apresentados.

No projeto, o detalhamento das ações do programa não é muito explícito, pois, cada universidade lança seus próprios editais e realiza suas seleções. Contudo, avalia-se que o detalhamento

apresentado no projeto é suficiente para permitir o acompanhamento da execução das ações e do alcance dos seus resultados.

Sugestões

Sugere-se a coleta de informações necessárias e o efetivo monitoramento dos indicadores de resultado e impacto.

2.5. CRITÉRIOS PARA ESTIMATIVA DOS RECURSOS FINANCEIROS.

Foram identificados critérios claros para estimativa dos recursos financeiros necessários ao projeto?

Avaliação: NÃO.

Uma questão importante a ser avaliada é se existem critérios claros para a definição de volume de recursos solicitados e se são considerados parâmetros de custo que subsidiam a estimativa dos recursos necessários.

Nesse sentido, o projeto não apresenta de forma clara a demanda por bolsas de cada universidade. Não foi verificado como cada universidade define sua exigência de bolsas e como cada uma apresenta sua demanda à FUNCAP.

Apesar de alocação de recursos entre as universidades sugerir que são considerados os números de matrículas, não é apresentada uma forma clara para esta definição. Com base nas evidências apresentadas e nas reuniões com atores do projeto, a definição de valores ocorre de forma *ad hoc*.

Apesar de apresentar algumas poucas estatísticas relacionadas a condições de vulnerabilidade social, estas não são suficientemente específicas para justificar a alocação de recursos entre as universidades. E uma vez que o projeto não apresenta um diagnóstico pormenorizado (ver item 1.1), dados relativos à proporção de estudantes em condição de pobreza não são apresentados.

Sugestões

O grupo de avaliação sugere critérios para a alocação de recursos entre as universidades, que considerem parâmetros como o número de matrículas, a representatividade de discentes carentes em cada campi, bem como os indicadores de evasão e desempenho em cada uma das unidades. Considera-se que a adoção de critérios para a alocação de recursos torna o processo orçamentário mais transparente, além de ter efeitos sobre o alcance dos resultados e eficiência do programa.

Um ponto que os avaliadores questionaram em uma das reuniões com os gestores do BSocial, é que o programa adota um valor diferenciado da bolsa em relação às demais modalidades (R\$450,00

frente ao valor de R\$400,00 praticado em outras modalidades). Essa diferenciação não é clara na concepção do projeto.

2.6. ALINHAMENTO ENTRE PLANEJAMENTO E ESTRUTURA PROGRAMÁTICA.

O projeto apresenta alinhamento entre planejamento e estrutura programática?

Avaliação: SIM

Nesse tópico, é avaliado se o planejamento do programa está espelhado nas estruturas programáticas oficiais (PPA e LOA). Como apresentado no item 1.4, o BSocial está alinhado com o Planejamento Estratégico do Governo do Estado do Ceará constando no PPA dentro da seguinte estrutura:

- Eixo Governamental 5 – Ceará do Conhecimento
- Tema Estratégico 5.03 – Educação Superior;
- Resultado Temático - Educação Superior consolidada e articulada com as necessidades sociais;
- Indicadores de Resultado Temático o Número de Graduados e Taxa de Sucesso na Graduação.

Por sua vez, o orçamento destinado ao BSocial está presente na Lei Orçamentária Anual (LOA):

- Ação LOA (2017): 31176 Apoio ao Programa de Bolsas de Estudo e Permanência Universitária - FECOP
- Ação LOA (2018): 31176 Apoio ao Programa de Bolsas de Estudo e Permanência Universitária – FECOP.

Sugestões

Nada a sugerir.

2.7. DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADES E TROCA DE INFORMAÇÕES ENTRE OS ATORES RELEVANTES PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO.

As responsabilidades dos atores relevantes para a execução do projeto foram identificadas e definidas?

Avaliação: SIM

A partir da documentação encaminhada, verifica-se que as responsabilidades das universidades são bem definidas. De acordo com os Termos de Referência, as Universidades se comprometem com as seguintes atribuições:

- A. Seleção dos bolsistas;

- B. Enviar à FUNCAP, após o processo seletivo, as documentações: (i) declaração de cumprimento dos critérios de pobreza e (ii) Termos de Outorga de Bolsa;
- C. Acompanhar o efetivo desenvolvimento das atividades dos bolsistas;
- D. Comunicar à FUNCAP quaisquer mudanças no status dos bolsistas ou realizar substituições dos mesmos;
- E. Enviar à FUNCAP, no período estabelecido por esta, relatório qualitativo do desenvolvimento do Programa;
- F. Atender outras demandas da FUNCAP relativas a este Programa.

Nesse sentido, verifica-se que as universidades (UECE, URCA e UVA) são responsáveis pela execução operacional do programa. Por sua vez, a FUNCAP assume a responsabilidade pela gestão financeira do programa. E nota-se que, por meio da documentação e das reuniões realizadas, que esta assume a responsabilidade pelo monitoramento global do programa, uma vez que recebe e reúne as informações produzidas e os relatórios de cada universidade.

O projeto possui planejamento de comunicações que facilite a interlocução, troca de informações entre os atores envolvidos e sua execução?

Avaliação: SIM

No que diz respeito à comunicação entre a FUNCAP e as universidades, nos projetos e Termos de Referências encaminhados se deduz que esta ocorre por meio da documentação e relatórios enviados das universidades para a FUNCAP. De forma explícita, a avaliação não identificou outros mecanismos formais de comunicação; o que aponta para uma sugestão a ser realizada.

Sugestões

As atribuições de cada entidade envolvida no programa poderiam ser explicitadas no projeto. Isso garante maior transparência na identificação de responsabilidades. Também podem ser melhor definidas as atribuições no que diz respeito às atividades de monitoramento.

2.8. IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS.

O planejamento do projeto identifica riscos?

Avaliação: SIM

Conforme pode ser conferido no projeto, são apresentados pressupostos de riscos destacando:

- a evasão do estudante, motivada por fatores imprevisíveis;
- o contingenciamento de recursos públicos mantenedores do projeto;
- conflitos interpessoais e ou disciplinares que venham a comprometer, irremediavelmente, a permanência do estudante beneficiário no Projeto.

Tais pressupostos são incorporados na Matriz de Marco Lógico do BSocial, de forma sintética com a identificação dos riscos em cada elo do modelo lógico. Considera-se que a apresentação dos riscos é adequada, no entanto, alguns elementos devem ser melhor relacionados dentro do encadeamento lógico do programa.

Sugestões

Uma sugestão do grupo de avaliação refere-se à especificação de ações preventivas e corretivas com o propósito de minimizar os riscos identificados. Cabe à equipe gestora definir se tais ações são realmente aplicáveis ao programa.

QUADRO-RESUMO DO EIXO 2 – PLANEJAMENTO

QUESTÃO	AVALIAÇÃO
2.1. O escopo do projeto está desdobrado em ações e produtos suficientemente detalhados para permitir o alcance de seus objetivos?	SIM
2.2. O projeto possui indicador (es) orientado (s) a resultados?	SIM
2.3. As principais ações do projeto possuem linhas de base que permitem identificar o seu ciclo de vida?	NÃO
2.4. O cronograma do projeto é detalhado de maneira que a descrição de suas ações, marcos e prazos permitam o seu adequado monitoramento e o alcance dos objetivos?	NÃO
2.5. Foram identificados critérios claros para estimativa dos recursos financeiros necessários ao projeto?	NÃO
2.6. O projeto apresenta alinhamento entre planejamento e estrutura programática?	SIM
2.7.1. As responsabilidades dos atores relevantes para a execução do projeto foram identificadas e definidas?	SIM
2.7.2. O projeto possui planejamento de comunicações que facilite a interlocução, troca de informações entre os atores envolvidos e sua execução?	SIM
2.8. O planejamento do projeto identifica riscos?	SIM

Evidências consultadas:

- ***Termos de Referência (2017 e 2018)***
- ***Projetos encaminhados (2017 e 2018)***
- ***Relatórios de prestação de contas***

EIXO III – EXECUÇÃO E GERENCIAMENTO

Segundo o Manual de Avaliação elaborado pelo Governo do Estado de Minas Gerais (2011), esse eixo trata dos elementos relacionados ao efetivo gerenciamento do projeto para alcançar as metas de desempenho, tais como, supervisão financeira, avaliação dos avanços físicos das atividades do projeto, compilação de dados de desempenho, sustentabilidade do projeto e responsabilização das ações e atividades.

3.1. USO DE INFORMAÇÕES COLETADAS NO GERENCIAMENTO, VERIFICAÇÃO E CORREÇÃO DE DEFICIÊNCIAS.

O projeto utiliza as informações coletadas no seu gerenciamento e as organiza para a verificação e correção de deficiência?

Avaliação: NÃO

A questão a ser respondida neste ponto é se o programa utiliza as informações coletadas no seu gerenciamento e as organiza para a verificação e correção de deficiência.

Como discutido no tópico 2.4, a Matriz de Marco Lógico do projeto prevê o monitoramento das atividades/processos por meio de:

- Cálculo Anual dos dois indicadores e análise temporal dos dados
- Monitoramento mensal do número de bolsistas e suas substituições na Plataforma Montenegro
- Acompanhamento semestral do desempenho dos bolsistas em suas atividades acadêmicas pelos Relatórios Qualitativos do Desenvolvimento do Programa enviados pelas universidades
- Monitoramento mensal pela lista de pagamento dos bolsistas
- Acompanhamento mensal da liberação do limite financeiro

Nos relatórios apresentados verifica-se o monitoramento baseado em informações relativas ao número de bolsas concedidas, e substituições, e aos valores totais pagos. O simples acompanhamento destes indicadores constitui um monitoramento apenas das atividades e produtos do projeto.

Apesar de ser possível verificar a evasão de alunos acompanhando quantitativo de bolsas, no relatório apresentado não há nenhuma análise detalhada neste sentido, se limitando apenas a relatar a informação qualitativa de que os índices de permanência melhoraram.

Existe um acompanhamento da execução financeira por meio de um relatório de prestação de contas (foi encaminhado o relatório de 2017) mas, aparentemente o projeto não realiza o acompanhamento periódico de todos os indicadores presentes na matriz de Marco Lógico.

Uma questão avaliada é se o programa possui instrumentos de geração e coleta de informações, inclusive entre os atores envolvidos, para ajustar as suas prioridades, alocar recursos ou introduzir outras ações de gerenciamento ou execução mais apropriadas. Apesar da previsão de instrumentos de geração de informação, tais como:

- Relatório qualitativo do desenvolvimento do Programa enviado pelas universidades;
- Declaração das universidades de cumprimento dos critérios de pobreza, em conformidade com o Art. 3º da Lei N° 14.859 de 28/12/2010 – DOE de 06/01/2011; (Modelo do Anexo 1);
- Termos de Outorga de Bolsa devidamente assinados, juntamente com os dados dos bolsistas, no formato solicitado pela FUNCAP; (Modelo do Anexo 2);
- Dados da Plataforma Montenegro;
- Outras informações que venham a ser solicitadas às universidades ou encaminhadas por estas.

Verificou-se que não existe um acompanhamento contínuo de alguns indicadores, principalmente indicadores de resultados. Vale a menção de que o grupo de avaliação fez solicitações de relatórios de anos anteriores que, até a demanda da solicitação, não se encontravam disponíveis.

Informações produzidas na gestão do programa:

- Prestação de contas
- Relatórios de gestão e execução financeira, compilados pela Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social, com periodicidade semestral.

Sugestões

Sugere-se a coleta de informações necessárias e o efetivo monitoramento dos indicadores de resultado e impacto.

3.2. RESPONSABILIDADES DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NO PROJETO.

As instituições envolvidas no projeto desempenham seus papéis e responsabilidades definidos?

Avaliação: SIM

Como apontado no item 2.7, a definição das responsabilidades das universidades como executoras do programa é bem definida. A responsabilidade de gerência financeira desempenhada pela FUNCAP também ficou clara a partir das reuniões com a equipe gestora do programa.

Sugestões

Apesar da identificação das responsabilidades de cada instituição, é possível apontar uma importante lacuna, no que diz respeito às atividades de monitoramento do programa. Nos projetos encaminhados e nos Termos de Referência, não é clara a atribuição da responsabilidade pelo monitoramento do programa.

3.3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

O projeto possui uma adequada gestão orçamentária e financeira?

Avaliação: SIM

FUNCAP realiza o acompanhamento orçamentário e financeiro do programa.

É importante mencionar que a Gerência executiva do FECOP realiza compilação de informações orçamentárias e financeiras.

Sugestões

Nada a sugerir.

3.4. EXECUÇÃO FINANCEIRA NO ÚLTIMO ANO.

O projeto possui uma adequada execução financeira no último ano?

Avaliação: SIM

Pode-se considerar que a execução financeira dos recursos foi eficiente quando a relação entre o valor empenhado e o valor aprovado for igual ou superior a 85% (Adotando o mesmo parâmetro do Manual de Avaliação Executiva de MG).

Considerando este parâmetro e as informações compiladas pela gerência executiva do FECOP, o BSocial possui elevado grau de execução financeira, executando quase 100% do valor aprovado. O quadro abaixo expõe estes valores.

MAPP aprovado pelo CCPIS (valor em R\$)	Valor empenhado (valor em R\$)	Pago (valor em R\$)	%
8.847.900,00	8.795.700,00	8.795.700,00	99,41%

* Valores de 2017.

Sugestões

Nada a sugerir.

3.5. GESTÃO DE EFICIÊNCIA.

O projeto tem algum procedimento estabelecido para gerir sua eficiência?

Avaliação: NÃO

Eficiência significa alcançar resultados com o menor comprometimento de recursos, prezando pela qualidade. A gestão de eficiência deve relacionar os dispêndios do programa com seus produtos e resultados.

Na avaliação não foi observada nenhuma menção a mecanismos formais de gestão da eficiência do BSocial.

Sugestões

A mensuração da eficiência do programa pode ser avaliada ao conciliar indicadores de resultados e informações financeiras do programa.

3.6. MONITORAMENTO DE RISCOS E GERENCIAMENTO DE MUDANÇAS.

O projeto conta com efetivo monitoramento de risco?

Avaliação: NÃO

Como abordado no item 2.9., o projeto apresenta pressupostos de riscos, incorporados em sua Matriz de Marco Lógico. No entanto, não foram identificadas evidências que permitam inferir sobre o efetivo monitoramento de riscos.

O projeto utiliza algum mecanismo de gerenciamento de mudanças?

Avaliação: NÃO

Não foram verificados mecanismos próprios para o gerenciamento de mudanças do programa.

Sugestões

Relatórios poderiam apontar a ocorrência de eventos adversos, considerados *ex-ante* como riscos, e a forma como os gestores contornaram tais situação.

No que diz respeito aos riscos associados à evasão dos alunos beneficiados, tal monitoramento poderia ser realizado com o acompanhamento regular (e acompanhamento psicopedagógico) das atividades dos bolsistas.

3.7. PUBLICIDADE DAS INFORMAÇÕES SOBRE EXECUÇÃO E DESEMPENHO.

O projeto possui mecanismos que proporcionam a publicização de informações sobre sua execução e desempenho?

Avaliação: NÃO

A publicidade de informações sobre execução e desempenho do BSocial é realizada estritamente por meio de relatórios e documentos oficiais. Não foram identificados outros meios nos quais informações relativas à execução e desempenho do BSocial pudessem ser publicadas.

Sugestões

Elaboração de relatórios próprios com o desempenho do programa.

QUADRO-RESUMO DO EIXO 3 - EXECUÇÃO E GERENCIAMENTO

QUESTÃO	AValiação
3.1. O projeto utiliza as informações coletadas no seu gerenciamento e as organiza para a verificação e correção de deficiência?	NÃO
3.2. As instituições envolvidas no projeto desempenham seus papéis e responsabilidades definidos?	SIM
3.3. O projeto possui uma adequada gestão orçamentária e financeira?	SIM
3.4. O projeto possui uma adequada execução financeira no último ano?	SIM
3.5. O projeto tem algum procedimento estabelecido para gerir sua eficiência?	NÃO
3.6.1 O projeto conta com efetivo monitoramento de risco?	NÃO
3.6.2 O projeto utiliza algum mecanismo de gerenciamento de mudanças?	NÃO

3.7. O projeto possui mecanismos que proporcionam a publicização de informações sobre sua execução e desempenho?

NÃO

Evidências consultadas

- *Termos de referência (2017 e 2018)*
- *Projetos encaminhados (2017 e 2018)*
- *Prestação de contas*
- *Solicitações ao CCPIS*

EIXO IV – RESULTADOS

4.1. TAXA DE EXECUÇÃO.

O projeto atingiu um nível satisfatório em sua taxa de execução no último ano?

Avaliação: SIM

Segundo informações compiladas pela gerência executiva do FECOP, o projeto estabelece metas (físicas) de execução com base no número de estudantes beneficiados, contemplando bolsistas cadastrados e substituídos.

Com base nas informações presentes no Projeto (2017) e no Relatório de Prestação de Contas (2017), verifica-se uma elevada taxa de execução, sendo superior ao previsto na URCA e UVA. No caso da UECE a taxa é superior a 90% do previsto.

	UECE	URCA	UVA
Previsão	1186	604	279
Número de bolsistas cadastrados	1030	677	323
Número de bolsistas substituídos	63	37	52
Número de bolsistas contemplados durante o ano	1093	714	375
Número de bolsas devolvidas	1	13	-

No que tange à execução financeira, verificou-se um elevado nível de execução conforme pode ser verificado no item 3.4.

Sugestões

Nada a sugerir.

4.2. CUMPRIMENTO DE METAS ESTIPULADAS EM RELAÇÃO ÀS LINHAS DE BASE.

O projeto tem demonstrado trajetória desejável para cumprir as metas estipuladas em suas linhas de base?

Avaliação: NÃO

Novamente tem-se um ponto que depende da realização do diagnóstico e a formatação de linhas de base para os indicadores de monitoramento e avaliação. Como relatado nos itens 1.1 e 2.3, o programa não estabeleceu linhas de base para os indicadores de monitoramento.

Sugestões

Realização de pesquisa e formatação de uma linha da base.

4.3. AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE RESULTADO.

Os indicadores de resultado do projeto têm demonstrado trajetória favorável para o alcance de suas metas de médio prazo?

Avaliação: NÃO

Nas evidências encaminhadas não foram verificadas avaliações de indicadores de resultados.

Sugestões

Efetivar o monitoramento dos indicadores de resultados. Com o cálculo destes indicadores para diferentes anos é possível avaliar a trajetória do BSocial e o quanto este cumpriu das metas estabelecidas.

4.4. AVALIAÇÕES EXTERNAS.

Existem avaliações externas sobre o projeto?

Avaliação: NÃO

Verificou que o projeto recebe apenas acompanhamento interno, não sendo submetido a avaliações externas anteriores.

Sugestões

O BSocial é um programa bem estabelecido e que poderia contar com avaliações internas e externas. O programa também apresenta um desenho bastante propício para uma eventual avaliação de impacto.

4.5. O PROJETO TEM CONTRIBUÍDO PARA MITIGAR O PROBLEMA QUE O ORIGINOU?

Com base nas evidências coletadas e nas entrevistas realizadas, o projeto tem contribuído para mitigar o problema que o originou?

Avaliação: NÃO

Com base nas evidências coletadas e nas entrevistas realizadas, o projeto possui grande potencial de mitigar o problema. No entanto, não foram apresentadas informações referentes aos indicadores de resultados e impactos do BSocial. Nos relatórios anuais apresentados constam apenas indicadores de insumos, atividades e produtos.

Sugestões

Efetivar o monitoramento de indicadores de resultado e impacto.

QUADRO-RESUMO DO EIXO 4 - RESULTADOS

QUESTÃO	AVALIAÇÃO
4.1. O projeto atingiu um nível satisfatório em sua taxa de execução no último ano?	SIM
4.2. O projeto tem demonstrado trajetória desejável para cumprir as metas estipuladas em suas linhas de base?	NÃO
4.3. Os indicadores de resultado do projeto têm demonstrado trajetória favorável para o alcance de suas metas de médio prazo?	NÃO
4.4. Existem avaliações externas sobre o projeto?	NÃO
4.5. Com base nas evidências coletadas e nas entrevistas realizadas, o projeto tem contribuído para mitigar o problema que o originou?	NÃO

EIXO V – PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Percepção dos Beneficiários

Segundo o Guia de avaliação de políticas públicas desenvolvido pelo Instituto Jones dos Santos Neves (2018), a percepção dos beneficiários são informações importantes para a conclusão de uma análise executiva satisfatória. Dessa forma, faz-se necessário o levantamento diretamente com os beneficiários a respeito dos níveis de satisfação e percepções gerais sobre a política, pois o contato com os usuários pode informar aos gestores os eventuais problemas de implementação e o alinhamento das atividades com as reais necessidades da população.

No projeto Bsocial existe um tipo de beneficiário, estudantes de graduação, que recebem bolsas no valor de R\$ 450,00 reais, cujo objetivo é diminuir a evasão escolar destes beneficiários.

5.1. PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O projeto apresenta relatório contendo a percepção dos beneficiários envolvidos?

Avaliação: NÃO

De forma explícita, o projeto do Bsocial não contempla nenhum relatório com a percepção dos beneficiários.

O projeto utiliza a percepção dos beneficiários para implementar mudanças?

Avaliação: NÃO

Assim com exposto no item anterior, o projeto do Bsocial não contempla nenhum relatório com a percepção dos beneficiários.

Sugestões

A coleta de informações de satisfação pode auxiliar na compreensão do bom andamento da política, uma vez que provê um *feedback* importante por parte dos beneficiários. A aplicação de questionários, entrevistas e grupos focais são boas alternativas para este levantamento. Tais informações podem ser de suma importância para o aprimoramento da intervenção.

QUADRO-RESUMO DO EIXO 5 - AVALIAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

QUESTÃO	AVALIAÇÃO
5.1. O projeto apresenta relatório contendo a percepção dos beneficiários envolvidos?	NÃO
5.2. O projeto utiliza a percepção dos beneficiários para implementar mudanças?	NÃO

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA AVALIAÇÃO

O BSocial se sai melhor nos eixos I (Propósito e Concepção) e II (Planejamento), obtendo 2/3 de respostas positivas.

Contudo é na concepção que a avaliação identificou uma das deficiências do programa, que se refere-se a ausência de um diagnóstico mais específico e pormenorizado, que permitisse a construção de uma linha de base.

A avaliação dos eixos III (Execução e gerenciamento) e IV (Resultados) revelaram que atividades de gerenciamento e monitoramento de resultados devem receber atenção especial e serem aprimoradas.

A ausência de um monitoramento de resultados (e de impacto) deve ser destacada. Apenas com o levantamento de informações e o efetivo cálculo dos indicadores de resultado e impacto que contarem na Matriz de Marco Lógico será possível avaliar a eficiência e eficácia do programa.

Por fim, o 5º eixo foi adicionado posteriormente ao plano inicial de avaliação, como forma de aprimorar o próprio processo avaliatório e permitindo um espaço para a análise crítica do mesmo. Este eixo se propõe a verificar se houve alguma avaliação dos beneficiários por parte dos gestores e executores do programa. Não foi constatado

O quadro a seguir apresenta um resumo das avaliações.

QUADRO: RESUMO DAS AVALIAÇÕES

EIXO I – PROPÓSITO E CONCEPÇÃO	AVALIAÇÃO
1.1. O projeto teve como base algum estudo diagnóstico que permitiu identificar a situação problema/oportunidade de melhoria que justifica a sua intervenção?	NÃO
1.2. O objetivo do projeto é claro e aderente à situação-problema ou oportunidade de melhoria identificada?	SIM
1.3. O escopo do projeto está bem delimitado, de maneira a permitir o alcance dos resultados pretendidos?	SIM
1.4. O projeto está alinhado com a estratégia de governo de médio e longo prazo?	SIM
1.5. É possível a clara identificação do público-alvo do projeto?	SIM
1.6. A iniciativa do projeto é única em relação ao problema abordado? Ou seja, não existe duplicidade em relação a outras iniciativas (federal, estadual, municipal ou privada) em curso no estado?	NÃO
EIXO II - PLANEJAMENTO	AVALIAÇÃO
2.1. O escopo do projeto está desdobrado em ações e produtos suficientemente detalhados para permitir o alcance de seus objetivos?	SIM
2.2. O projeto possui indicador (es) orientado (s) a resultados?	SIM
2.3. As principais ações do projeto possuem linhas de base que permitem identificar o seu ciclo de vida?	NÃO
2.4. O cronograma do projeto é detalhado de maneira que a descrição de suas ações, marcos e prazos permitam o seu adequado monitoramento e o alcance dos objetivos?	NÃO
2.5. Foram identificados critérios claros para estimativa dos recursos financeiros necessários ao projeto?	NÃO
2.6. O projeto apresenta alinhamento entre planejamento e estrutura programática?	SIM
2.7.1. As responsabilidades dos atores relevantes para a execução do projeto foram identificadas e definidas?	SIM
2.7.2. O projeto possui planejamento de comunicações que facilite a interlocução, troca de informações entre os atores envolvidos e sua execução?	SIM
2.8. O planejamento do projeto identifica riscos?	SIM
EIXO III - EXECUÇÃO E GERENCIAMENTO	AVALIAÇÃO
3.1. O projeto utiliza as informações coletadas no seu gerenciamento e as organiza para a verificação e correção de deficiência?	NÃO
3.2. As instituições envolvidas no projeto desempenham seus papéis e responsabilidades definidos?	SIM
3.3. O projeto possui uma adequada gestão orçamentária e financeira?	SIM
3.4. O projeto possui uma adequada execução financeira no último ano?	SIM
3.5. O projeto tem algum procedimento estabelecido para gerir sua eficiência?	NÃO
3.6.1 O projeto conta com efetivo monitoramento de risco?	NÃO
3.6.2 O projeto utiliza algum mecanismo de gerenciamento de mudanças?	NÃO
3.7. O projeto possui mecanismos que proporcionam a publicização de informações sobre sua execução e desempenho?	NÃO

EIXO IV - RESULTADOS	AValiação
4.1. O projeto atingiu um nível satisfatório em sua taxa de execução no último ano?	SIM
4.2. O projeto tem demonstrado trajetória desejável para cumprir as metas estipuladas em suas linhas de base?	NÃO
4.3. Os indicadores de resultado do projeto têm demonstrado trajetória favorável para o alcance de suas metas de médio prazo?	NÃO
4.4. Existem avaliações externas sobre o projeto?	NÃO
4.5. Com base nas evidências coletadas e nas entrevistas realizadas, o projeto tem contribuído para mitigar o problema que o originou?	NÃO
EIXO V – PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	AValiação
5.1. O projeto apresenta relatório contendo a percepção dos beneficiários envolvidos?	NÃO
5.2. O projeto utiliza a percepção dos beneficiários para implementar mudanças?	NÃO

Análise Crítica

Para realizar a análise crítica do BSocial fez-se o uso da análise SWOT. A análise SWOT é uma ferramenta de planejamento utilizada para conduzir uma reflexão a respeito das forças (Strengths), fraquezas (Weaknesses), oportunidades (Opportunities) e ameaças (Threats) da política pública.

Forças e fraquezas são situações internas à gestão da política pública. Dessa forma, os pontos fortes da política são aquelas características que promovem ou impulsionam o seu sucesso, levando-a em direção ao cumprimento de seus objetivos; por outro lado, os pontos fracos são caracterizados por problemas que atrapalham o andamento planejado da política, dificultando seu êxito.

Já as oportunidades e ameaças são situações externas à gestão da política que impactam o seu andamento de forma positiva ou negativa, respectivamente. Oportunidades são caracterizadas por circunstâncias que auxiliam a política a superar suas fraquezas e melhor aproveitar suas forças; enquanto ameaças são as questões que limitam suas chances de alcançar os objetivos.

Força	Fraqueza	Oportunidades	Ameaças
Desenho do programa é apropriado para atingir seus objetivos.	Ausência de um diagnóstico robusto e da construção de uma linha de base.	Facilidade de coleta de informações no ambiente universitário.	Seleção adversa de bolsistas (alunos que potencialmente iriam evadir por outras razões).
Marco Lógico e orientação para resultados.	Ausência de monitoramento de resultados.	Demanda por recursos orçamentários relativamente baixa.	Resultados podem ser contaminados por outras ações e variáveis.
Público alvo bem definido.	Critérios para a alocação de recursos.	Grupos com agenda de pesquisa em políticas educacionais presente em universidades da mesma cidade e região.	

ETAPA DEVOLUTIVA

REUNIÃO EM 10 DE ABRIL DE 2019

Participantes:

Vitor Hugo Miro Couto Silva (UFC e CAPP)

Marília Rodrigues Firmiano (CAPP/IPECE)

Luiz Drude de Lacerda (FUNCAP)

Paula Lenz Costa Lima (FUNCAP)

Raimundo Nonato Júnior (FUNCAP)

Emerson Mariano da Silva (UECE)

Ana Roberta Duarte Piancó (URCA)

Aline Vieira Landim (UVA)

Kaliny Kélvia Pessoa Siqueira Lima (UVA)

A reunião da fase devolutiva reuniu os participantes acima listados. Na reunião foi estabelecida ênfase nas fragilidades apontadas pela avaliação.

No que diz respeito ao ponto 1.1 (O projeto teve como base algum estudo diagnóstico que permitiu identificar a situação problema/oportunidade de melhoria que justifica a sua intervenção?), a fragilidade do programa em relação à construção de um diagnóstico foi reconhecida. A ausência de um diagnóstico geral pode ser justificada pelo fato de que as universidades estabeleciam isoladamente seus programas de bolsa permanência universitária (PBPEU).

- Com relação a ausência de informações socioeconômicas dos alunos, o representante da UECE informou que o projeto foi elaborado nos anos iniciais com dados do Censo Discente da UECE 2013” realizado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Procuradoria Educacional Institucional. Existe a possibilidade de atualização empregando os resultados do Censo de 2015 e do CadFecop realizado em 2019;
- No que diz respeito ao indicador de Taxa de sucesso/conclusão na graduação, o representante da UECE informou que está sendo realizada a contagem de estudantes egressos que foram beneficiários com bolsas FECOP na UECE.
- Professoras Roberta Piancó (URCA) e Aline Landim (UVA) também comentaram a respeito das iniciativas que estão sendo realizadas na URCA e na UVA para levantamento de informações dos beneficiários (incluindo a percepção dos mesmos a respeito dos benefícios do programa).

No que diz respeito ao ponto 1.6. (A iniciativa do projeto é única em relação ao problema abordado? Ou seja, não existe duplicidade em relação a outras iniciativas (federal, estadual, municipal ou privada) em curso no estado?) foi discutido que, existindo a duplicidade, deve-se prezar para que não exista acúmulo de bolsa por parte dos beneficiários. Neste caso, o sistema de bolsas da UECE atende a sugestão ao cruzar os dados do CPF e Matrícula de cada estudante bolsista não permitindo o acúmulo de bolsas.

A respeito do ponto 2.3. (As principais ações do projeto possuem linhas de base que permitem identificar o seu ciclo de vida?). A avaliação deste ponto foi prejudicada pela ausência de um diagnóstico elaborado nas fases de concepção do programa, como afirmado anteriormente. A questão da linha de base foi discutida e se chegou ao consenso de que mesmo não existindo uma linha da base inicial do programa, é interessante estabelecer um conjunto de indicadores atuais, que possam compor uma linha de base para avaliações futuras. Prof. Luiz Drude atentou a necessidade de ter indicadores que pudessem ser avaliados em diferentes horizontes de planejamento (indicadores de curto e longo prazo).

Por fim, na discussão sobre o ponto 2.5. (Foram identificados critérios claros para estimativa dos recursos financeiros necessários ao projeto?), representantes das universidades concordaram sobre a necessidade de um mecanismo de alocação de bolsas mais transparente. Verificou-se a necessidade de definir um critério claro com base em indicadores de cada instituição. Tal mecanismo deve levar

em consideração a escala de cada universidade e a representatividade do público alvo atendida em cada instituição.

Um ponto importante a se destacar é que os representantes das universidades concordaram em agendar workshops para elaboração conjunta do planejamento das ações do BSocial, construção e cálculo de indicadores e mecanismos de monitoramento.

Para o workshop devem ser convidados os pesquisadores institucionais de cada universidade, pois esses profissionais fazem a articulação entre as pró-reitorias de assistência estudantis e as pró-reitorias de graduação para obtenção das informações demandadas para o monitoramento dos resultados e para o diagnóstico a serem apresentados no relatório do BSocial.

Ao reunir o grupo de gestores e executores do programa para conversar e refletir a respeito do mesmo, a equipe de avaliação já considera bastante válida a iniciativa de avaliação executiva do BSocial. A mobilização dos executores e gestores do programa para aprimorar o mecanismo de monitoramento do mesmo por meio do workshop reforça o quão positiva pode ser a avaliação executiva. O BSocial é extremamente importante para a resolução do problema de evasão/ abandono dos estudos em nível superior por parte dos estudantes de classes menos favorecidas. Sendo executado de forma mais eficaz, os benefícios do programa sobre este público alvo podem ser potencializados.